

# Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

Proposta de Revisão da Deliberação Normativa COPAM  
Nº 127, de 27 de Novembro de 2008.

# Deliberação Normativa COPAM nº 127, de 27 de Novembro de 2008.

Estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina e estabelece o PAFEM

Tipo de empreendimento	Instrumento
Em operação	Informações periódicas na Revalidação da LO: <b>RADA</b> – Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental.
Paralisação temporária	<b>Relatório sobre as condições da mina:</b> manutenção das condições de segurança, reabilitação ambiental, monitoramento.
Encerrado ou paralisado antes da DN 127/08	Convocado a apresentar <b>Relatório de avaliação</b> das ações de reabilitação, projetos e ações socioambientais desenvolvidas, monitoramento, uso futuro.
Está a no mínimo dois anos do fechamento / Abandonada	Apresentação do <b>PAFEM</b> para ser analisado e aprovado pela SUPRAM

*Art. 17 Esta deliberação Normativa deverá ser revisada cinco anos após sua aprovação.*

# Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.489, de 10 de maio de 2017.

Cria Grupo de Trabalho para elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária (RP) e revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina (PAFEM) e da Deliberação Normativa COPAM 127, de 27 de novembro de 2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina.

# Participantes do GT "Fechamento de mina e recuperação de áreas degradadas"

FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente)

IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas)

IEF (Instituto Estadual de Florestas)

SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

DNPM/ANM (Agência Nacional de Mineração)

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)

MME (Ministério de Minas e Energia)

FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais)

Sindiextra (Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais)

SinRochas (Sindicato Intermunicipal das Indústria de Beneficiamento de Mármore, Granitos e rochas Ornamentais no Estado de Minas Gerais)

IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração)

SOBRADE (Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas)

CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais)

UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto)

# PROPOSTA DE REVISÃO DA DN 127/2008

*Art. 17 Esta Deliberação Normativa deverá ser revisada cinco anos após sua aprovação.*

## Adequação da ementa

### **DN127/2008**

Estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina.

### **Minuta**

Estabelece diretrizes e procedimentos para a paralisação temporária da atividade minerária e o fechamento de mina, estabelece critérios para elaboração e apresentação do Relatório de Paralisação da Atividade Minerária, do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e do Plano Ambiental de Fechamento de Mina – PAFEM e dá outras providências.

### ***Justificativa***

*A ementa da DN127 não especifica demais procedimentos além do fechamento de mina, como, por exemplo, os casos de paralisação temporária*

## Paralisação temporária da atividade minerária

### **DN127/2008** (art. 7º)

O responsável por empreendimento que vier a paralisar suas atividades de forma temporária, deverá comunicar o fato ao órgão ambiental e apresentar um relatório circunstanciado sobre as condições da mina

Prazo: não deve ser superior a 180 dias, contados a partir da data da paralisação da atividade

Retomada da atividade: deverá ser previamente comunicada ao órgão ambiental

### **Minuta** (art. 3º)

É mantida a necessidade de apresentação de Relatório de Paralisação da Atividade Minerária

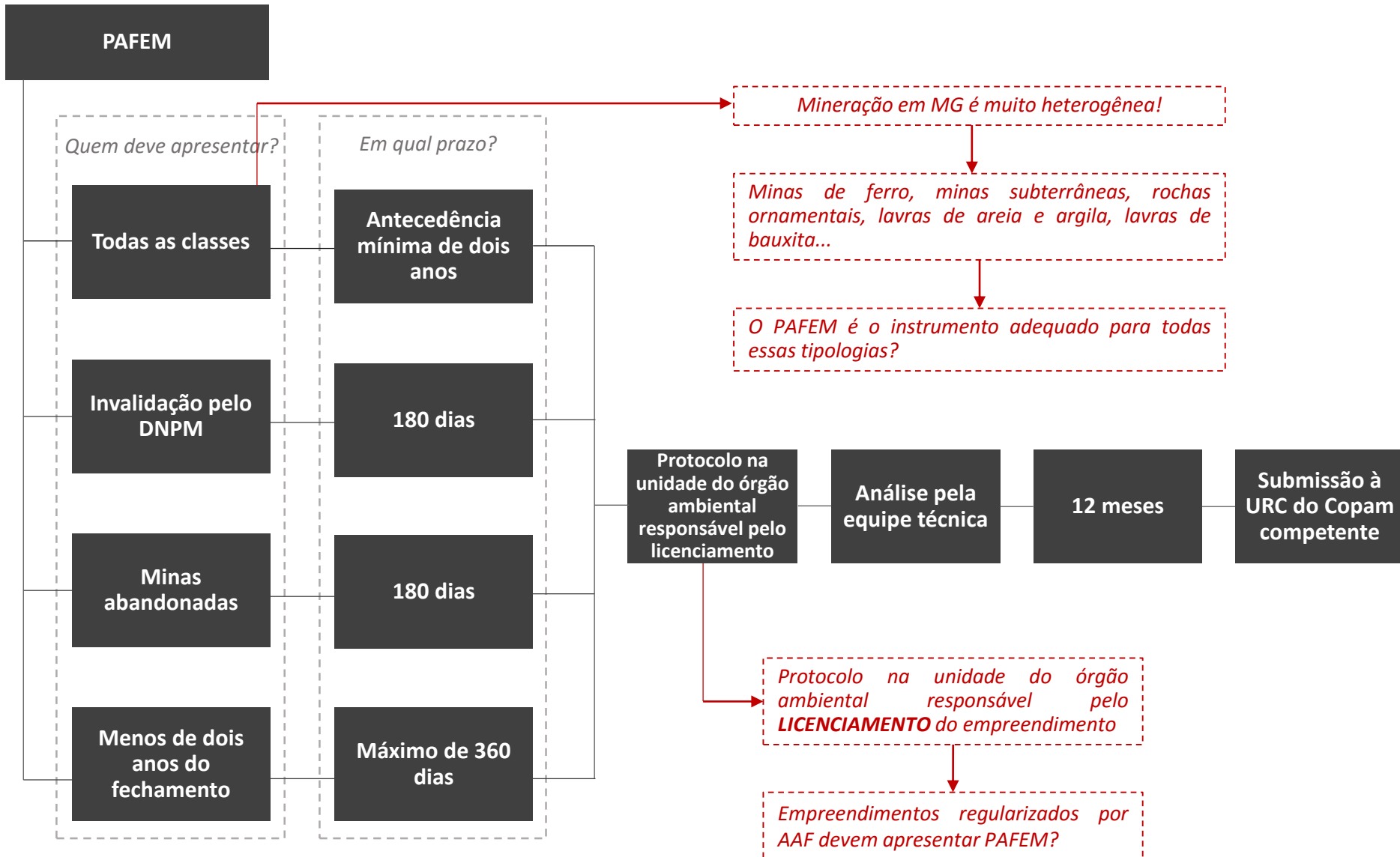
O que foi incluído/modificado?

- O relatório deve ser PROTOCOLADO NA SUPRAM em um prazo máximo de 6 meses
- A FEAM EMITIRÁ PARECER sobre o relatório, podendo solicitar informações complementares
- O relatório deverá ser ATUALIZADO PELO EMPREENDEDOR NO MÁXIMO A CADA DOIS ANOS
- Deverá ser elaborado por profissionais legalmente habilitados, com ART ou documento equivalente.
- A paralisação da atividade NÃO ALTERA O PRAZO DE VALIDADE DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE, o cumprimento das condicionantes cabíveis e os procedimentos de licenciamento ambiental.
- A RETOMADA DA ATIVIDADE DEVERÁ SER COMUNICADA À SUPRAM EM ATÉ 30 DIAS APÓS O RETORNO.

### **Justificativa**

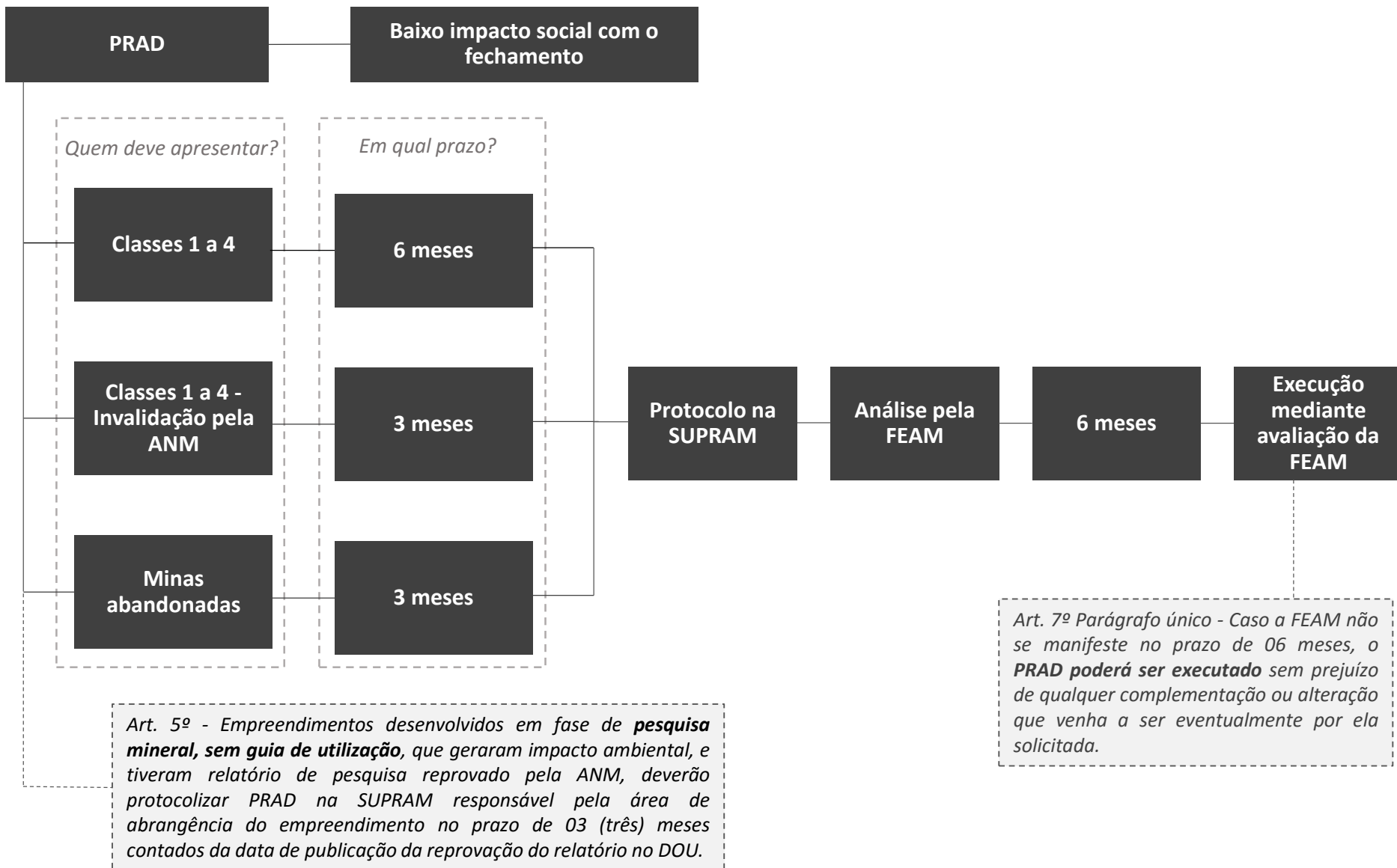
*Vários relatórios apresentados são superficiais, que nem sempre evidenciam as verdadeiras condições ambientais da mina. A elaboração por profissionais legalmente habilitados (ART), pode contribuir para a qualidade do trabalho, apresentando um diagnóstico relevante da área.*

*Além disso, como não há a necessidade de atualização da situação de paralisação e das condições da mina, os empreendimentos paralisados por muito tempo tendem a se tornar minas abandonadas. A atualização bianual permitirá um acompanhamento do empreendimento, inibindo o abandono.*

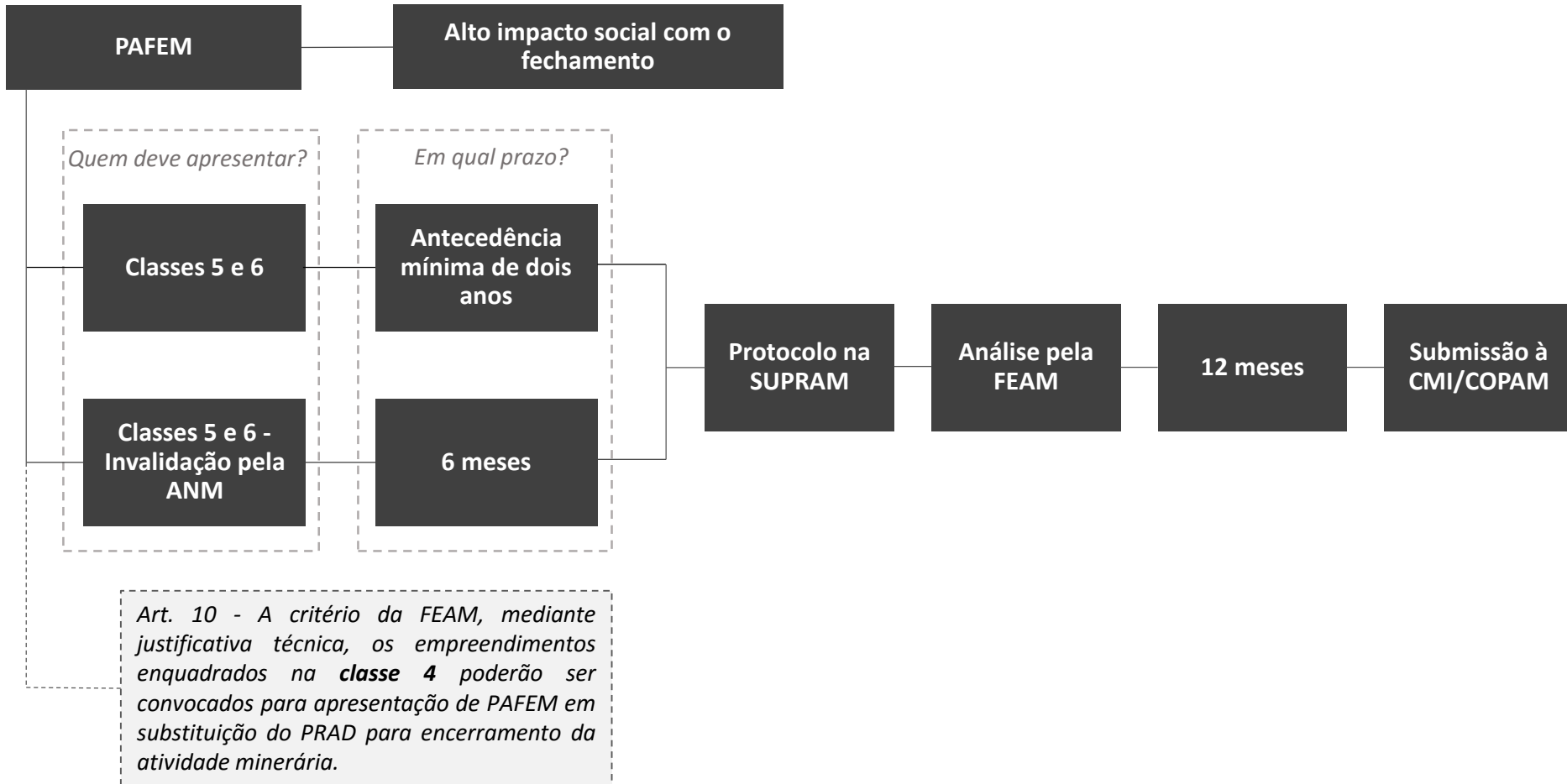




## Fechamento de mina - Minuta (art. 4º)



## Fechamento de mina - Minuta (art. 8º)



# Demais propostas da minuta

→ Necessidade de NOVAS DEFINIÇÕES (art. 1º)

- Mina paralisada
- Pesquisa mineral
- Plano de recuperação de áreas degradadas
- Relatório de paralisação da atividade minerária

→ Fica assegurada ao empreendedor a possibilidade de PROPOR A REVISÃO DO PAFEM OU DO PRAD (art. 13)

→ Compete à CNR decidir, como última instância administrativa, o RECURSO DA DECISÃO RELATIVA AO PRAD E AO PAFEM (art. 14)

# Demais propostas da minuta

- O empreendedor receberá uma DECLARAÇÃO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL da área, emitida pela FEAM quando verificado o cumprimento de todos os objetivos definidos na ocasião da aprovação do PAFEM ou do PRAD (art. 16)
- Deverão ser pagas pelo empreendedor, além da taxa de análise do PRAD e do PAFEM, as despesas necessárias à realização, a qualquer tempo, de amostragens, análises laboratoriais ou a adoção de medidas emergenciais para prevenção ou controle de efeitos nocivos a pessoas, ao meio ambiente ou ao patrimônio público ou privado (art. 17)
- Optou-se pela REVOGAÇÃO DA DN 127/2008 (art. 18)
  - Justificativa: único diploma legal aplicável ao fechamento de mina → garantia da segurança jurídica

# Muito obrigada!

Marina Ferreira de Melo

Gerente da Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas – GESAD/FEAM

[marina.melo@meioambiente.mg.gov.br](mailto:marina.melo@meioambiente.mg.gov.br)

(31)3915-1242